



O ENSINO DE HISTÓRIA DAS MULHERES E OS ESTUDOS SOBRE A GRÉCIA CLÁSSICA: REPRESSÃO E IDEAL NORMATIVO

Filipe Matheus Marinho de Melo; Katharine Nataly Trajano Santos; Prof. Dr. José Maria Gomes de Souza Neto

Acadêmico na Universidade de Pernambuco; filipemarinoo@gmail.com

Acadêmica na Universidade de Pernambuco; kath.trajano@gmail.com

Professor adjunto da Universidade de Pernambuco; zemariat@uol.com.br

RESUMO: Por muito tempo o ensino de História no Brasil e, principalmente de História Antiga, foi pautado nas análises normativas das interpretações, fazendo do conteúdo algo dado e sem nenhum processo reflexivo e problematizador, pelo profissional de história: o possuidor do saber. Desde fins do século XX, com o avanço dos estudos acerca do *outro* marginalizado, evidenciando, aqui, as mulheres, foi se pensando e localizando o espaço desse *outro* nos processos históricos, fazendo do homem branco e civilizador não mais o centro dos estudos e das pesquisas. Dentre tantos “outros”, este trabalho tem como objetivo tratar do ideal normativo e repressivo da mulher ateniense a partir do que a documentação filosófica e a literatura nos informam acerca de suas atividades, seus costumes, seus ofícios e principalmente do cotidiano. E mais que uma simples apresentação da mulher ateniense, sugere formas alternativas de discutir e pensar o ensino de gênero na História dentro da sala de aula.

I. INTRODUÇÃO

Dedicar-se ao processo histórico e os rastros deixados pelo tempo é um trabalho que requer um árduo procedimento investigativo. Primeiro porque o processo histórico por si só é bastante amplo e requer cortes temporais e de espaço. Afinal, não se pode investigar um caso misturando-o com outros que pouco ou nada têm relação com o que será investigado. Portanto, o investigador pode acabar sem material ou se perder com muitos materiais – no fim das contas, não ter nada e se perder acabam em um mesmo caminho. Segundo porque este processo, esta historicidade, deixa memórias, deixa

vestígios, que por sua vez são inapagáveis ou apagáveis, esquecidos, rememorados, ocultos e até “misteriosos”. Dessa forma, o profissional de história – o investigador desses rastros – deve-se manter atento aos seus cortes e tem por obrigação inteirar-se da verdade, pois, “os historiadores” segundo Carlo Ginzburg (2007, p. 14), “têm como ofício [...] destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo”.

A abordagem do processo histórico que é trabalhado nas escolas nas disciplinas de história, literatura, artes, etc., ignora, oculta e mascara certos sinais que foram deixados ao



longo da história da humanidade. Silencia, rebaixa e generaliza indivíduos e sobrepõe os “mais fortes” e os “mais viris” em um grau de importância que foi e ainda é imposto na sociedade. Criam-se problemas de gênero, uma polaridade, na qual, os indivíduos viris e lembrados são homens enquanto os silenciados e esquecidos, mulheres. Quando se pensa na figura feminina nos estudos historiográficos, nos acostumamos com a recorrente marginalização desta – um grupo heterogêneo de prostitutas, cortesãs, bruxas e mulheres idealizadas, reduzidas ao espaço doméstico, ao lar. Tal julgamento nos impede de imaginá-las no lugar *outro*, nas heterotopias foucaultianas onde encontraríamos na Antiguidade, por exemplo, Safo de Lesbos, Medeia e Cleópatra.

Tais questionamentos introdutórios nos instigam a (re)pensar o ensino de história nas escolas, posto que este não dá – ou pouco dá – abertura para a História das mulheres; Geralmente, se apegam à processos sexistas de papéis sociais, reproduzem discursos misóginos e falocêntricos. Atualmente, o ensino de História nas escolas é apegado ao conteúdo dos livros didáticos e marcado pela ausência de novas abordagens que possibilitem o pensamento crítico nos alunos. Por outro lado, os organizadores de livros didáticos não se preocupam em dar voz aos vários grupos de mulheres silenciados ao

longo da história, tratando-as como sujeitos históricos.

II. METODOLOGIA

Retomando as questões sobre o processo investigativo da história, se foi adiantado que para investigar um caso devemos nos localizar no tempo e no espaço, fazendo recortes para, conseqüentemente, identificar os indícios. Segundo Funari (2015, p. 95), o estudo de História Antiga muitas vezes soa como algo “esotérico, distante e só eventualmente prazeroso”, e faz com que o estímulo pelo período histórico em questão se concentre apenas em mostrar monumentos e tratar de mitos e não incorpora os questionamentos que são tão pertinentes em nosso tempo, como a questão de gênero; Faz-se dos povos da Antiguidade distantes e inalcançáveis de nossa realidade impossibilitando a exploração de todo um *ethos* que fez parte da construção do pensamento ocidental.

Aqui, nos voltamos à Grécia Clássica – por volta dos séculos VI a.C. ao IV a.C – período no qual se persiste em uma ideologia de repressão feminina que buscava instaurar um modelo ideal de mulher chamado *mélissa* ou mulher-abelha. Entretanto, não nos prenderemos em tal modelo e mostraremos o que Lessa (2010, p. 15) chama de “desvios” a este modelo de repressão. Afinal, os traços



deixados pela documentação – seja escrita ou imagética – devem ser pensados e questionados, pois veremos que o modelo *mélissa* não se trata de uma verdade absoluta, mas uma verdade que beira o fictício. Para tanto, tais pontos se concentrarão no verdadeiro, falso e fictício, tratando-os como nós na corda que é o processo histórico. Todavia, deixemos claro que nossa investigação não se pauta na busca por uma verdade, mas na ideia de olhar os rastros a partir das diferentes perspectivas que a documentação nos apresenta, pois, como bem nos ensina Felipe Fernandez Armesto (2000, p. 261), “quando mais mudamos de perspectiva, mais é revelado”.

III. RESULTADOS E DISCUSSÕES

- a. Apontamentos sobre os discursos acerca das mulheres na Grécia Clássica

Por quê “repressão”? Por quê “ideal normativo”? Segundo a linguagem, “repressão” é o ato de punir, de conter, de silenciar e, dessa forma, estabelecer uma “ordem” no “caos”. Em consequência, tal ato de punir e de silenciar é sempre instituído por um indivíduo ou uma instituição que se estabelece – ou é estabelecido – como superior e reprime um objeto, uma ideia, um indivíduo. Portanto, é certo que o ato de reprimir só se completa devido a uma ligação

que mantém com o poder, de tal forma que quem tem poder sabe que o tem, o que faz da repressão o resultado da união entre poder e saber e ambos se concentram em um indivíduo ou em uma instituição (FOUCAULT, 2014, p. 8-9). Aristóteles (**Política**, I, 1254b) afirma que “o macho é mais perfeito, e governa; a fêmea é o menos, e obedece”, já estabelecendo, desde a Antiguidade, uma polarização nas relações de gênero e sexualidade de tal forma que impõe papéis de gênero de acordo com a natureza do *ser*: “Naturalmente o homem é mais destinado a mandar que a mulher” (**Política**, I, 1259b). Voltaremos à questão do gênero mais adiante.

Destarte, o ideal normativo se caracteriza como o resultado da repressão de gênero e sexualidade. Impõe aos corpos sexuais, de acordo com a natureza do *ser*, seus papéis dentro de uma determinada sociedade; impõe a construção do *ser* feminino a partir de uma visão masculinizada de sociedade (BUTLER, 2015, p. 10). Portanto, sob a óptica de um corpo social que produz identidades a partir de repressões, o indivíduo – que é passivo de acordo com sua natureza – tem como único caminho seguir tal ou qual identidade que lhe foi imposta pela natureza do *ser*.

Para a linguagem, o gênero se constitui de masculino, feminino e neutro. Aprendemos desde a infância o gênero dos



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

substantivos e os artigos definidos e indefinidos que classificam um dado objeto a partir de seu gênero. A noção de gênero também é percebida na maneira pela qual a sociedade é organizada e pela qual é controlada. Dessa forma, como premissa básica, o gênero acaba sendo uma categoria que classifica indivíduos a partir de seus corpos sexuados; a partir da polaridade entre ser homem e ser mulher, ou seja, da natureza do *ser*. Butler (2015, p. 42) considera o gênero como “uma complexidade” que permite “convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor”. Já para Scott (1989, p.7), o gênero é “uma maneira de indicar ‘construções sociais’”, uma forma “de se referir às origens sociais de identidades subjetivas”.

Na mitologia grega, desde o Período Arcaico, encontramos vestígios de uma polarização de gênero; uma oposição entre homem e mulher que faz parte da premissa básica apontada anteriormente. O nascimento da mulher está concentrado no mito de Prometeu e Pandora, sendo esta a primeira mulher e é por causa dela que os homens passam a sofrer na Terra. A mulher vem como uma forma de condenação, imposta por Zeus aos homens e interligando àquela as desgraças humanas: morte, fome, cansaço, doença. Na **Teogonia** (vv. 590-593; 585) de Hesíodo encontramos a seguinte afirmação no que se

refere ao surgimento da mulher: “a raça dela é ruínosa, as tribos de mulheres, grande desgraça aos mortais” e “após fabricar o belo mal pelo bem”. O “belo mal” se refere a raça das mulheres e o “bem” a raça dos homens e é este “belo mal” que traz “desgraças aos mortais” e para tanto, deve ser controlada, contida.

Dessa forma, Hesíodo nos aponta a dualidade do gênero; a polarização da natureza do *ser* que fica evidente quando ele trata a mulher como o “mal” e o homem como o “bem”. Portanto, tais pólos da natureza do *ser* instituem regulamentações sociais de como homem e mulher, bem e mal, devem se portar no seio social; institui construções sociais, como é colocado por Scott. Xenofonte e outros autores do Período Clássico herdaram do Período Arcaico a ideia de a mulher ser um mal que deve ser contido. Em seu **Econômico** (VII-22), Xenofonte confirma imposição que é dada por natureza de ambos os corpos sexuados: “o deus preparou-lhes a natureza, a da mulher para os trabalhos e cuidados do interior, a do homem para os trabalhos e cuidados do exterior da casa”. Assim, além de instituir papéis sociais, a sociedade ateniense clássica localizava especialmente o local da mulher no lar (*oïkos*) e o do homem fora do lar (*pólis*). E para ambos eram impostas atividades intrínsecas a natureza do *ser*. O homem, que é civilizado, é



destinado ao exterior, à discussão política, à luz; A mulher, que não é civilizada, é destinada ao interior, ao tear, ao escuro, à procriação.

Entretanto, no cerne da conjuntura do feminino, há que se diferenciar o ideal normativo e repressivo (*mélissa* ou mulher-abelha) dos seus desvios. Para tanto, a partir de agora não será tratado mais da mulher como um sujeito uno, mas múltiplo; afinal, Hesíodo se refere a “raça das mulheres” e por “raça” entende-se uma complexidade múltipla de indivíduos que partilham um ponto comum. Assim, quando tratamos da “raça das mulheres”, de acordo com as premissas instituídas por Hesíodo, tanto o modelo *mélissa*, quanto seus desvios compartilham o mal do *ser* mulher. Dessa forma, é possível identificar polaridades dentro do próprio complexo de *ser* mulher na Atenas Clássica, o que permite analisar as convergências e divergências que obedecem ou não, ao modelo definidor e normativo explicitado por Butler.

O termo *mélissa* ou mulher-abelha indica o que vem a ser o ideal normativo do *ser* mulher na Grécia Antiga. A assimilação com da mulher com a abelha vem desde Hesíodo, que na **Teogonia** (vv. 594-595), localiza a mulher na colmeia, ou seja, dentro do lar: “Como quando abelhas, em colmeias arqueadas, alimentam zangões”. A referência

da alimentação dos “zangões” também sinaliza e confirma um dos papéis intrínsecos ao modelo *mélissa* e das mulheres em geral: reproduzir filhos homens. Além de Hesíodo, Xenofonte (**Econômico**, VII-17) também se refere ao ideal normativo feminino assimilando-o a abelha, pela qual, se refere à mulher como “abelha-rainha” do lar. Já tratamos que o ideal normativo vem a ser o resultado da repressão – entendendo por repressão o ato de punir e silenciar –, pois é uma imposição à natureza do *ser* na construção social do indivíduo, no caso, das mulheres. Dessa forma, o modelo *mélissa*, além de ser o ideal normativo, o ideal a ser seguido, o é senão por via de repressões, de imposições ao silêncio e de completa inexistência ao seio social. Uma idealização falha – e veremos mais adiante os motivos –, mas existente, que paira na sociedade e faz com que os indivíduos assimilem tais idealizações a natureza do *ser*, se apropriem desse modelo e neste baseiem suas identidades.

Xenofonte nos dá pistas em seus escritos, de como um homem deveria selecionar uma mulher para união conjugal. Segundo suas afirmações, uma mulher deveria ser escolhida ao atingir uma idade por volta dos seus 15 anos de idade; já deveria ter apreendido da mãe os atributos da educação doméstica, como o cozimento e a fiação, e,



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

sobretudo, deveria ter sido educada para que “visse o mínimo, ouvisse o mínimo e falasse o mínimo” (**Econômico**, VII-5). Portanto, a mulher *mélissa* deveria se portar com total inexistência para que o homem com toda sua virilidade a retirasse do “estado selvagem para domesticá-la” (VERNANT, 2006, 67) por meio da união conjugal e fazer de seu futuro lar, seu meio de atuação na sociedade.

Devemos considerar que as documentações escritas foram, sobretudo, voltadas para um público específico: o cidadão ateniense. Portanto, as mulheres de um cidadão legítimo (*kalói kagathói*), bem-nascidas ou não, eram consideradas como *mélissa*. Diferente da lógica masculina que ensina o homem a se tornar homem, com a mulher não há este processo. Ao atingir certa idade, ela sai do estágio de criança e passa a ser esposa; passa a ser *mélissa*, passa a ter um status no seio social de acordo com a natureza do *ser*. Portanto, ao tratarmos de “desvios” ao modelo normativo e repressivo *mélissa*, abrimos uma brecha para possíveis conjecturas que podem ser feitas a esses “desvios”. Dessa forma, ao se falar de desvios ao modelo normativo, estamos nos referindo ao distanciamento que há entre a ideologia na teoria e em sua prática.

Já tratamos que, por imposição da natureza do *ser*, à mulher era destinado o interior, e ao homem, o exterior. O primeiro

desvio ao modelo abelha pela qual podemos refletir é o de classe. Um dos principais deveres da mulher ao casar-se era administrar a casa (*oîkos*), dessa forma, caso faltasse água ou frutos, ela não estaria cumprindo com seu papel primordial, o que lhe obrigaria a sair de casa. Já em famílias com condições mais elevadas, possivelmente tal ato não seria necessário devido a utilização de escravos. Um segundo desvio, que é encontrado em demasia na literatura teatral, principalmente na comédia de Aristófanes, é a relação das mulheres com outras mulheres. Um agrupamento social que é de certa forma, interno e externo a sociedade; interno porque tais agrupamentos se referem às relações entre mulheres e externo porque possivelmente tais redes sociais eram exclusivas a mulheres, sem nenhuma participação masculina.

Dessa forma, a ideologia repressiva do modelo *mélissa* se mostra falha. O ideal normativo e a repressão existem, é certo, mas não é amplamente aceito. Não estamos negando que a submissão ou o silêncio da mulher era inexistente; contudo, o *ser* mulher convergia e divergia dentro do ideal normativo; obedecia e desobedecia ao *telos* normativo e definidor que a visão masculina tentava impor; fazia da natureza do *ser* mulher ateniense um complexo questionável de tal forma que se apegar aos rastros deixados pelo processo histórico sem fazer



um exame crítico é entrar no campo do fictício e ignorar o verdadeiro.

Por mais que a documentação filosófica e literária persista numa mulher reclusa ao interior e passiva, ela também nos dá indícios que esta passividade e reclusão não eram bem desenvolvidas na prática. Aristóteles (**Constituição de Atenas**, XVIII) aponta a irmã de Harmódio sendo a portadora do cesto nas *Panathenías*, um festival cívico que permitia a livre circulação de homens e mulheres na *pólis*; Aristófanes, um crítico comediógrafo e conservador de seu tempo, em uma de suas comédias (**Tesmoforiantes**, vv. 795-797), aponta o mau comportamento das mulheres por dormirem na casa de outras mulheres.

A Medeia de Eurípedes (**Medeia**, vv. 215) deixa o lar para sair em defesa de si contra as “línguas vis” – e ainda podemos fazer uma leitura de uma Medeia que não só defende a si, mas as mulheres em toda sua pluralidade, pois, “Entre os seres com psique e pensamento, quem supera a mulher na vida triste?” (**Medeia**, vv. 230-231), pois, segundo Candido (2014, p. 31) o artista se orienta “segundo os padrões de sua época, escolhe certos temas, usa certas formas e a síntese resultante age sobre o meio”. Dessa forma, Eurípedes em *Medeia* nada mais fez do que mostrar as lamentações femininas, que não

eram “raras e nem desconhecidas dos homens da cidade” (ANDRADE, 2014, p. 130).

Além da documentação escrita, há a imagética que ilustra cotidianos femininos e aponta sua não reclusão ao *oîkos*. Ainda podemos tratar das *Themosphorias*, um festival essencialmente feminino ligado ao culto às deusas Deméter e Perséfone e associado à agricultura. Portanto, ao investigar um caso, dentro de seus recortes de tempo e espaço, os rastros devem ser questionados, misturados, comparados para se chegar a um resultado – ou em um possível resultado, pois, ao analisarmos um objeto, “temos de nos mover e escorregar entre vários pontos de vista diferentes” (ARMESTO, 2000, p. 261).

- b. O ensino da História das mulheres – resgate à memória

A forma como a documentação nos faz pensar a passividade da mulher, soa quase que com um quê Romântico, em que o homem – que é sempre viril e heroico – resgata a donzela indefesa, justificando, assim, a condição feminina. É exatamente isso que acontece: o passado vem como uma orientação do presente, pois, “só a imitação não basta. É necessário ultrapassar o modelo imitado, caso contrário nada jamais teria sido inventado [...] um passado a reencontrar e restaurar” (HARTOG, 2003, p. 121; 62).



Portanto, o quê Romântico e a situação feminina, buscam no passado ateniense um modelo de comportamento a ser seguido e ultrapassado nos moldes do período em questão, afinal, o olhar ao passado não vem com intenção de reviver o passado, mas de compreendê-lo como tal.

É vasta a literatura no que concerne a educação como ferramenta libertária, e o ensino de História, alinhado as novas insurgências, novas abordagens e o resgate à memória de grupos sociais marginalizados, traz uma “educação problematizadora” (FREIRE, 2015, p.100) que faz com que os sujeitos se achem dentro do próprio fio histórico e não mais à margem. Na década de 80, a historiadora Michelle Perrot (2007, p. 22) questiona se é possível fazer uma História das mulheres, posto que as relações entre homens e mulheres, tal como o processo de construção do conhecimento, se faz sob permanências e rupturas. A autora retoma, ainda, a ideia das fontes sobre tal nicho historiográfico e nos diz que

existe uma abundância, e mesmo um excesso, de discursos sobre as mulheres; avalanche de imagens, literárias ou plásticas, na maioria das vezes obra dos homens, mas ignora-se quase sempre o que as mulheres pensavam a respeito, como elas as viam ou sentiam.

Como ressaltado ao longo do texto, as visões documentais sobre as mulheres de Atenas são pautadas numa literatura de visão

masculinizada que tenta instaurar uma ideologia repressiva dentro do modelo normativo *mélissa* – o que nos remete a proposta de Pateman (1995, p.9) de que existia um contrato sexual anterior ao social, no qual as mulheres teriam apenas espaço no mundo privado. Mas também, “em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila [...] Entre os gregos, é a *stasis*, a desordem” (PERROT, 2007, p.17). Por séculos seguintes, tal máxima seria apropriada também por outros grupos sociais e reproduzida para justificar a elaboração de códigos, leis e normas de conduta que assegurariam a hierarquia de gênero (TEDESCHI, 2008, p.123).

Peter Burke (1992, p. 338) ao falar sobre as contribuições de Ranke à História, faz uma crítica ao “paradigma tradicional” do estudo histórico baseado em documentos, apontando as “limitações das fontes narrativas”. Ao trazer esta discussão ao campo de História das mulheres, temos duas problemáticas principais: a escassez de vestígios “diretos, escritos ou materiais” criados por mulheres frente à ampla gama de discursos proferidos por homens cuja “atenção que dispensam as primeiras é reduzida ou ditada por estereótipos” (PERROT, 2007, p.17). Decerto, cada discurso varia conforme sua época,



principalmente os do segundo grupo, mas são os seus usos políticos e os reflexos sociais deste que devem ser tratados nos ensinamentos e estudos historiográficos com cautela (KOSELLECK, 1992, p.136).

Em face à História das mulheres, devemos pensar que o estudo de tal grupo se faz fundamental na articulação do pensamento crítico do alunado, ao passo que o *reconhecimento* de tais ideais sexistas e suas funções sociopolíticas colaborem à *reparação* de danos causados por estas. Há uma heterogeneidade no perfil das mulheres na História que é pouco explorada nos conteúdos didáticos ou sequer é incorporada no discurso dos professores, posto que muitas vezes estes se atenam ao material sem desenvolver em seu discurso um conteúdo que trate as mulheres, pertinentemente, no desenrolar dos processos históricos tanto quanto o homem. Dessa forma, “é preciso, nesse momento, mostrar que é possível desenvolver uma prática de ensino de História adequada aos novos tempos (e alunos): rica de conteúdo, socialmente responsável e sem ingenuidade ou nostalgia” (PINSKY; PINSKY, 2015, p. 19).

IV. CONCLUSÕES

Vivenciamos, no campo de educação brasileiro, uma intensificação no debate sobre o ensino de História e outras ciências

humanas; debates que se contrapõem entre a neutralidade e o compromisso em prover métodos mais críticos, democráticos e até mesmo mais feministas de educar. A ascensão de um neoconservadorismo e também de setores (fundamentalistas) religiosos no campo da política tem colocado em xeque, continuamente, os direitos individuais e as tentativas de democratizar o ensino ao frear a inserção de temas mais plurais, diversificados e políticos (CYRINO, SOUZA, 2015, p.6). Paralelamente, os movimentos sociais que discutem sobre gênero, o *ser* mulher e o *ser* homem, como também aqueles que se voltam a questões de etnia e violências, estão cada vez mais presentes no campo da articulação política demonstrando resistência aos últimos acontecimentos – desde os debates sobre o PNE (acalentados desde 2014), quanto ao recente processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Por outro lado, agregar a pluralidade cultural ao ensino de História é uma tarefa duplamente problemática. Primeiro porque a questão das reduções das horas/aulas dedicadas à disciplina faz com que o profissional de história se sinta desestimulado a trabalhar com diferentes olhares e incorporar certos debates sobre o conteúdo em questão. Segundo porque a relação de alguns profissionais com certos conteúdos, principalmente a História Antiga, se pauta em



um conhecimento geral e que muitas vezes se reduz à mitologia, à filosofia, ao homem grego. Dessa forma,

um professor mal preparado e desmotivado não consegue dar boas aulas nem com o melhor dos livros, ao passo que um bom professor pode até aproveitar-se de um livro com falhas para corrigi-las e desenvolver o velho e bom espírito crítico entre os seus alunos. Mais do que o livro, o professor precisa ter conteúdo. Cultura. (PINSKY; PINSKY, 2015, p. 22)

Tal afirmativa nos faz repensar os paradigmas que tratam o professor como um sujeito portador do saber e que muitas vezes não se torna flexível a novos processos de aprendizagem. Nos últimos anos, historiadores e pesquisadores na área de educação se dedicam em dispor às escolas materiais educativos que corroborem em transpor as limitações ao que, em culturas machistas, patriarcais, racistas e heteronormativas, é lido como diferente, noutras palavras, à margem. Em consequência, a apresentação da heterogeneidade do *ser* mulher se mostra como uma ferramenta à novas abordagens e discussões de gênero na sala de aula. Fazer apontamentos acerca do modelo *mélissa* como um ideal normativo e repressivo e não uma verdade absoluta ou não se pautar somente no homem e trazer o *ser* mulher em Atenas como uma multiplicidade, já se mostra como um processo renovador do ensino de História Antiga. Ainda se pode agregar ao processo de construção do conhecimento análises das

peças gregas, sejam tragédias ou comédias, por meio de rodas de leitura ou encenação teatral, pois, como bem coloca Calvino (2007, p. 13), “a escola deve fazer com que você conheça bem ou mal um certo número de clássicos”, e são a partir desses clássicos e dessas renovações que podemos mudar a falsa ideia de História Antiga.

O ensino de História Antiga no Brasil, segundo Silva (2000, p. 232) perpetua "(...) lugares de memória há décadas superados pela historiografia especializada", abrindo espaço a "uma quantidade significativa de simplificações que comprometem sobremaneira o estudo da disciplina por parte dos alunos (...)". Desde a década de 70, historiadoras e sociólogas se debruçam sobre o feminino na Antiguidade dispendo novas ferramentas a problematização de seus papéis sociais e status (POMEROY, 1975; ARTHUR, 1984; BIESECK, 1992); Aqui, alguns outros expoentes também contribuíram a tal linha de pesquisa (DETIENNE, M. & SISSA, G, 1990; ANDRADE, 2001; LESSA, 2004), então, podemos facilmente concordar com Silva ao questionar: Qual o lugar ocupado pelas recentes contribuições à História Antiga na formulação dos livros didáticos brasileiros? Ademais, onde se encontra a História das Mulheres deste período e de outros anteriores e subsequentes?

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



ANDRADE, M. M. de. **A cidade das mulheres**: cidadania e alteridade na Atenas Clássica. Rio de Janeiro: LHIA, 2001.

_____. A “Cidade das Mulheres”: A questão feminina e a Pólis revisitada. In: FEITOSA, Lourdes C.; FUNARI, Pedro P.; SILVA, Glaydson J. **Amor, Desejo e Poder na Antiguidade**: relações de gênero e representações do Feminino. São Paulo: Fap-Unifesp, 2014.

ARISTÓFANES. **Tesmoforiantes**. Tradução de Ana Maria César Pompeu. São Paulo: Via Leitura, 2015.

ARISTÓTELES. **Constituição de Atenas**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2012.

_____. **Política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. 2ª ed. São Paulo: Edipro, 2009.

ARMESTO. Felipe Fernández. **Verdade**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ARTHUR, Marylin *Early Greece: The Origins of the Western Attitude Toward Women*, In: PEDAROTT, John (ed.) SULLIVAN, J.P. (ed.), **Women in the Ancient World: The Arethusa Papers**. Albany: State University of New York Press, 1984.

BIESECKER, Susan. *Rhetoric, Possibility, and Women's Status in Ancient Athens: Gorgias' and Isocrates' Encomiums of Helen,*

'Rhetoric Society Quarterly', Vol. 22, No. 1, *Feminist Rereadings in the History of Rhetoric*. s/l: Taylor & Francis Ltd., 1992.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CANDIDO, Antônio: **Literatura e Sociedade**. 13ªed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014.

CYRINO R.; SOUZA, M.F. Apresentação do Dossiê: Usos acrílicos do gênero. Uberlândia: **Caderno Espaço Feminino**, v. 28, n. 2, jul./dez. 2015.

DETIENNE, M. & SISSA, G. *A força das mulheres: Hera, Atena e congêneres*. In: Os **Deuses Gregos**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 59ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. Conferência proferida por Michael Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de março de 1967. Publicada no **Architecture, Movement,**



Continuidé em 1984. Disponível em: https://aufklarungsofia.files.wordpress.com/2011/06/outros_espacos.pdf, acesso em 01 de maio, 2016.

_____. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo. A Renovação da História Antiga. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2007

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HARTOG, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

HESÍODO. **Teogonia**. Tradução de Christian Werner. São Paulo: Hedra, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 5 n. 10, 1992, p. 134-146.

LESSA, F. de S. **O feminino em Atenas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

_____. **Mulheres de Atenas: Méliisa – do Gineceu à Agorá**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

PATEMAN, Carole. **El contrato sexual**. UAM: Anthropos, 1995 (1988).

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Carla B.; PINSKY, Jaime. Por uma História Prazerosa e Consequente. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2007

POMEROY, Sarah B. **Goddesses, Whores, Wives, and Slaves: Women in Classical Antiquity**. New York: Schocken Books, 1975.

SILVA, Gilvan V. História Antiga e Livro Didático: uma parceria nem sempre harmoniosa. **Revista de História (UFES)**, Vitória, v. 11, 2000. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/artic/view/2341/1837>, acesso em 4 de maio, 2016.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **História das mulheres e as representações do feminino**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e Religião na Grécia Antiga**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

XENOFONTE. **Econômico**. Tradução de Ana Lia A. Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES



www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br